

COMENTÁRIOS

A cruzada contra o diploma de jornalista

Alberto Dines **

Com o advento da Nova República, assumida pelo regime e instituições a condição transitiva e enquanto não chegarmos à democracia plena é constituída, resta perguntar: acabaram-se os constrangimentos contra a imprensa, acabaram as censuras?

Entendida como controle regular e ostensivo sobre o fluxo e teor das informações, a censura, aparentemente, está extinta. Ou desativada.

Persiste, contudo, (porque, neste caso, é instituição legalizada), a censura aos espetáculos, notadamente os de massa, como é o caso da televisão.

O que está acontecendo na Nova República, depois da catarse emocional que foi a doença e morte do Presidente Tancredo Neves, é justamente uma recaída à velha e notória enfermidade. Desta vez, porém, o vicioso comportamento adota técnicas mais sofisticadas, inclusive tentando coberturas éticas, o que sempre é possível, já que os jornais não se fiscalizam mutuamente e, assim, a impunidade gera padrões que acabam tornando-se inquestionáveis. O longo período de censura e emasculação do regime militar, lamentavelmente, não produziu uma renovação. Jutamete, por que foi longo, houve o sacrifício de toda uma geração de jornalistas forjados antes de 1964, substituídos por uma leva que não tendo purgado os anos de vexame e sufoco repetem com ingenuidade a pusilaminidade vigente antes da instalação do regime militar.

O exemplo mais gritante e aberrante de manipulação e cruzada falaciosa no intuito de criar bodes expiatórios foi a campanha para extinguir a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jorna-

* As idéias desenvolvidas neste artigo estão ampliadas no posfácio que o autor escreveu para a 4ª edição do seu livro *O Papel do Jornal* (Summus Editorial, São Paulo, 1986).

** Diretor Adjunto da Editora Abril, Professor Visitante da Columbia University e Professor Titular de Jornalismo da PUC/RJ.

lismo, capitaneada pela *Folha* mas apoiada silenciosamente pela grande maioria dos nossos veículos numa repetição dramática do que foi a campanha da *Tribuna da Imprensa* contra a *Última Hora* (1951-1960), acompanhada entusiasticamente por toda a grande imprensa. Se, antes, a vítima foi Samuel Wainer e seu projeto de renovação jornalística, agora, o alvo do furor elitista são os alunos das escolas de jornalismo que muitas vezes chegam às redações despreparados tecnicamente mas, em compensação, trazem consigo a chama sagrada do ideal.

Nos dois episódios, o mecanismo e intenções são os mesmos: elitizar, não permitir o acesso aos intrusos. Agora, querem barrar do mercado aquelas centenas de diplomados que saem a cada ano das escolas imbuídos das melhores intenções e, em seu lugar, colocar os privilegiados amiguinhos das tradicionais famílias jornalísticas, que não fazem caso de salários e de compromissos sociais.

Tudo começou quando a douta Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo eminente Afonso Arinos de Mello Franco, através de seu Secretário Executivo, o competente Mauro Santayana fez saber à *Folha* que entre suas propostas para futura Carta Magna constava a extinção da obrigatoriedade do diploma de jornalista. Aparentemente, tratava-se de um golpe de relações públicas, pois a Comissão desde os seus primórdios fôra alvo de azedas críticas do próprio jornal, sua legitimidade sempre questionada.

De repente, a Comissão e o próprio Secretário Executivo (que também não estivera nas boas graças do jornal em virtude do seu apoio à candidatura de Tancredo Neves, sendo por isso afastado), passaram a merecer do jornal maior respeito e estímulo. Foi o gatilho que a *Folha* há tempos aguardava para acionar suas juvenis e fogosas baterias contra o diploma, já que o alto comando do jornal, na sua maioria, está em situação irregular sob o ponto de vista trabalhista. (Caso evidente de conflito de interesses que o estudante de jornalismo aprende a evitar).

Felizmente, ilustres jornalistas como Barbosa Lima Sobrinho e Mário Martins, também integrantes da Comissão, perceberam que seu trabalho está sendo desvirtuado, servindo para ferir as mais legítimas aspirações de classe dos jornalistas, manipuladas por interesses pouco límpidos — em boa hora fizeram saber que a Comissão não trataria da questão do diploma. A *Folha* nada publicou sobre esta reviravolta, provando mais uma vez que sua cruzada em prol dos “gênios” e do “talento” nada tem a ver com a Ética. O *Estado*, de 15 de maio, registrou a mudança do egrégio Colégio de Sábios, com discrição suficiente para não desmoralizar a cruzada do patronato, mas bastante para descreditar seu concorrente.

A regulamentação da profissão de jornalista é antiga reivindicação da categoria, defendida em inúmeros congressos e por suas instituições representativas. O fato de ter sido promulgada por uma Junta Militar não lhe tira a legitimidade.

Também não se pode atribuir à *Folha* o papel de vilão único. Por suas páginas de opinião e informação, passaram representantes altamente situados de, praticamente, todo o *Establishment* jornalístico nacional, alguns falando em nome pessoal e de boa fé, outros evidentemente à serviço de um patronato paradoxalmente voltado contra os interesses permanentes das respectivas empresas.

Ainda que tenha publicado, na íntegra, na página de opinião (cujo índice de leitura é ínfimo), poucos, mas veementes textos em favor do diploma, como o do Mestre José Marques de Mello e do brilhante repórter Carlos Nascimento, nas páginas de informação o trabalho de edição foi despublicamente e comprometido, dando-se destaque às posições coincidentes com as do jornal, sufocados, generalizadores, tipo "sociedade repudia o diploma".

Deixando de lado estas lamentáveis versões censórias modernas convém tratar do problema em si, o motivo deste neo-autoritarismo, a verdadeira história contra a exigência do diploma. Antes, breve incursão sobre a qualidade do ensino de jornalismo, o único item com alguma consistência na campanha contra a regulamentação. Imperioso registrar que existem inúmeras arapucas acadêmicas, algumas dúzias de professores de jornalismo absolutamente incapazes de aquilatar a natureza, a filosofia, os compromissos e as realidades do mercado jornalístico. Cabe registrar, igualmente, que alguns cursos converteram-se em verdadeiras armadilhas ideológicas, altamente lucrativas, voltadas para faturar o idealismo da juventude graças ao pertinaz e perverso trabalho de mestres teorizantes e marginais, profissionalmente incompetentes, que confundem senso crítico com negação, conceituação com contestação.

O que pode ser feito para enriquecer e melhorar as escolas de jornalismo são os cursos de pós-graduação profissionalizantes. (e não, teorizantes) onde em dois ou três semestres, os diplomados em ciências sociais e humanas poderiam habilitar-se para o exercício do jornalismo. Na prática isto já existe mas poderia ser formalizado em cursos especiais de alto nível, assistidos pelas empresas jornalísticas. Com isto, obriga-se as escolas a melhorar equipamento e quadro docente, oferecendo-se, simultaneamente, ao mercado um espectro de profissionais com formação diferenciada e abrangente.

Uma coisa é certa: um jornalista formado numa escola de jornalismo não faria a capciosa e inquisitorial pergunta ao candidato Fernando Henrique Cardoso sobre suas crenças religiosas, num debate pela TV, quatro dias antes das eleições. Afinal, qualquer diplomado em jornalismo sabe que Igreja e Estado, no Brasil, há muito são independentes.